

A NOÇÃO BOURDIEUSIANA DE CAMPO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA PENSAR UMA HISTÓRIA DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

THE BOURDIEUSIAN FIELD NOTION AND ITS IMPLICATIONS TO THINK ABOUT A HISTORY OF EDUCATIONAL EVALUATION IN BRAZIL

Regilson Maciel Borges¹

José Carlos Rothen²

Universidade Federal de Lavras

Universidade Federal de São Carlos

RESUMO: O artigo apresenta discussão teórica de referencial que fundamentou pesquisa cujo objetivo foi analisar a configuração do campo científico brasileiro da avaliação educacional durante a década de 1980. O quadro teórico foi construído a partir de revisão de literatura nas produções do sociólogo francês Pierre Bourdieu e sua discussão em torno de seu conceito de campo, campo científico e intelectual. A síntese realizada enfatiza como a noção de campo elaborada pelo autor pode auxiliar nossa reflexão em torno da historicidade do campo da avaliação educacional no Brasil, apresentando elementos que consideram os agentes que fazem parte desse campo, os interesses específicos que demarcam o campo e os conflitos decorrentes da manutenção ou transformação desse campo.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu; Teoria dos campos; Avaliação educacional.

ABSTRACT: The article presents a theoretical reference discussion that based a research which analyzed the configuration of the brazilian scientific field of educational evaluation during the 1980s. The theoretical reference was constructed from literature review in the productions of the French sociologist Pierre Bourdieu and the discussion around his concept of field, scientific and intellectual field. The synthesis emphasizes how the notion of field elaborated by the author can help our reflection on the historicity of the field of educational evaluation in Brazil, presenting elements that consider the agents that are part of this field, the specific interests that demarcate the field and the conflicts arising from its maintenance or transformation.

Keywords: Pierre Bourdieu; Field theory; Educational evaluation.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta os referenciais teóricos que fundamentaram pesquisa que analisou a configuração do campo científico da avaliação educacional no Brasil na década de 1980. Nele enfatizamos como a noção de campo, elaborada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, pode auxiliar nossa reflexão em torno da historicidade do campo da avaliação educacional no país.

O campo para Bourdieu é um espaço estruturado de posições, que ao se configurar enquanto campo científico, coloca em jogo uma luta concorrencial pelo monopólio

1 Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com pós-doutorado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras (UFLA). regilsonborges@gmail.com

2 Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) com pós-doutorado pela Université de Strasbourg (UNISTRA, França). Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). jcr3219@yahoo.com.br

da autoridade científica. As reflexões do autor em torno da noção de campo nos fornecem elementos que possibilitam compreender os determinantes que levaram a construção e funcionamento do campo científico brasileiro da avaliação.

A avaliação educacional, por sua vez, está sendo entendida na diversidade que envolve o próprio fenômeno educativo, e nisto se inclui tanto seu nível macro, em termos da avaliação de sistemas educacionais, da avaliação de programas educacionais e da avaliação em larga escala; quanto seu nível micro, em termos da avaliação de rendimento escolar e da avaliação de currículo, tal como se refere Goldberg (1980, p. 96) ao salientar que “a avaliação é um casado de várias cores”.

Dias Sobrinho (2002, p. 14-15) ressalta que “falar do campo da avaliação é, de partida, reconhecer a complexidade do tema a ser tratado”, isso porque, segundo o autor, a avaliação não é mono-referencial, ela é sim “pluri-referencial, é complexa, polissêmica, tem múltiplas e heterogêneas referências. Não é uma simples disciplina, com conteúdos já delimitados e modelos independentes”. Trata-se de um campo que é disputado por uma pluralidade de abordagens, sendo este campo habitado pela “cooperação ou concorrência de diversos ramos de conhecimentos e metodologias de várias áreas” (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 15).

O quadro teórico aqui exposto foi construído a partir de revisão de literatura, que segundo Gil (2002, p. 162), busca esclarecer “os pressupostos teóricos que dão fundamentação à pesquisa”, trata-se da “contextualização teórica do problema e a seu relacionamento com o que tem sido investigado a seu respeito”. Nesse sentido, a base teórica construída possibilitou apontar elementos para uma análise teórica do campo e suas implicações para pensar uma história da avaliação educacional no Brasil.

Este artigo está organizado em quatro seções. Na primeira expomos o referencial bourdieusiano da teoria dos campos. Na segunda discutimos a noção de campo para Bourdieu e sua relação com a construção de um campo científico brasileiro da avaliação educacional. Na terceira apresentamos o intelectual como agente na construção do campo. Na quarta e última seção tecemos as nossas considerações finais.

O conceito bourdieusiano de campo

Na teoria bourdieusiana o campo é definido como:

[...] uma rede de relações objetivas (de dominação ou de subordinação, de complementaridade ou de antagonismo etc.) entre posições [...]. Cada posição é objetivamente definida por sua relação objetiva com outras posições ou, em outros termos, pelo sistema das propriedades pertinentes, isto é, eficientes, que permitem situá-la com relação a todas as outras na estrutura da distribuição global das propriedades (BOURDIEU, 1996, p. 261).

A partir disso, compreende-se que o campo se configura enquanto um espaço de relações entre os que dele participam, sejam agentes ou instituições. São, inclusive, essas relações que desencadeiam as tomadas de posições dos diferentes agentes, seja pela concorrência que os opõe, seja pelas alianças que estabelecem, o que acaba demarcando a própria existência do campo.

Os diferentes espaços (científico, religioso, artístico, etc.) de que trata Bourdieu, são entendidos enquanto um mundo físico que comporta tanto as relações de força, quanto relações de dominação. Para o autor “é a *estrutura das relações objetivas*

entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer” (BOURDIEU, 2004a, p. 23, grifo do autor).

Outra característica desse microcosmo é sua autonomia em relação ao macrocosmo. Para Bourdieu (2004a, p. 21) o campo dispõe com relação ao mundo social, “de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada”. Ainda de acordo com o autor, são as resistências às pressões externas ao campo que caracterizam a sua autonomia: “uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de *refratar*, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou demandas externas” (BOURDIEU, 2004a, p. 22, grifo do autor).

Além da autonomia, o campo também se caracteriza como um espaço de lutas entre os recém-chegados (novatos) e os que já se encontram nele. Daí seu entendimento de que em qualquer campo se encontra uma luta “[...] entre o novo que entra e tenta arrombar os ferrolhos do direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (BOURDIEU, 2003, p. 120). Assim, o campo é marcado por lutas entre os dominantes e os que chegaram mais recentemente.

Nessa luta concorrencial o que se encontra em jogo é o monopólio pela autoridade científica, e todas as práticas se dirigem à aquisição desta autoridade. A autoridade científica se caracteriza como “uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, reconvertido em outras espécies” (BOURDIEU, 1983, p. 130). Disso resulta o que o autor denomina como capital científico, entendido, assim, como “uma espécie particular de capital simbólico, capital fundado no conhecimento e no reconhecimento [...]” (BOURDIEU, 2004b, p. 53).

O que há no campo científico é, portanto, uma hierarquia, marcada pela posse de poder (autoridade científica) dentro do campo. De um lado os dominantes, que impõem uma definição de ciência e procuram mantê-la, e de outro os dominados (que são os recém-chegados, em geral os mais jovens), que, ou se ajustam a estrutura criada ou se recusam as carreiras já traçadas, irrompendo-as. Segundo Bourdieu (1996, p. 255) “definir as fronteiras, defendê-las, controlar as entradas, é defender a ordem estabelecida no campo”.

Para Bourdieu (1983) o funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse. Com isso o autor quer dizer que “não há escolha científica – [...] – que não seja também uma estratégia social de posicionamento orientada para a maximização do lucro específico, indissociavelmente social e científico [...]” (BOURDIEU, 2004b, p. 85). Por isso, segundo o autor, “não há ‘escolha’ científica [...] que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico [...]” (BOURDIEU, 1983, p. 127).

A “escolha” científica visa também à obtenção do chamado reconhecimento dos pares-concorrentes:

O reconhecimento, marcado e garantido socialmente por todo um conjunto de sinais específicos de consagração que os pares-concorrentes concedem a cada um de seus membros, é função do *valor distintivo* de seus produtos e da *originalidade* (no sentido da teoria da informação) que se reconhece coletivamente à contribuição que ele traz aos recursos científicos já acumulados (BOURDIEU, 1983, p. 131, grifo do autor).

As descobertas ou contribuições atreladas àquelas escolhas consideradas mais importantes trazem um lucro simbólico igualmente importante para os pesquisadores que se concentram sobre determinados problemas. E isso, “percebido como importante e interessante”, tende a ser “conhecido como importante e interessante pelos outros” (BOURDIEU, 1983, p. 125). O peso simbólico atribuído a um cientista “tende a variar segundo o valor distintivo dos seus contributos e a *originalidade* que os pares concorrentes reconhecem ao seu contributo distintivo” (BOURDIEU, 2004b, p. 80, grifo do autor).

A noção de campo e sua relação com a construção do campo científico da avaliação no Brasil

A noção de campo aparece na teoria bourdieusiana como uma tentativa de fugir da alternativa histórica da ciência que a apresenta como engendrando a si mesma, distanciando-se de qualquer intervenção do mundo social. Para Bourdieu a atividade científica é antes de tudo uma atividade histórica, e sendo assim, encontra-se inserida na história, em relação com o lugar e o momento da qual faz parte.

De tal modo, Bourdieu (2004a, p. 20) entende que para a compreensão de qualquer produção cultural, seja da literatura, das artes, da ciência, da religião, e etc., não basta apenas “referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto”, mas é preciso considerar “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência”. A esse universo o autor denomina campo.

O campo brasileiro da avaliação educacional, visto sob a ótica da noção bourdieusiana de campo, concentra pesquisadores das mais diferentes matizes epistemológicas, indicando durante os anos 1980 um forte viés quantitativista na sua produção de conhecimento, com os estudos de Heraldo Marelim Vianna, Adolpho Ribeiro Netto, Sérgio Costa Ribeiro, Simon Schwartzman e Claudio de Moura Castro (BORGES, 2017). Neste mesmo período, Sousa (1998, p. 164) menciona que outros autores brasileiros “procuraram desenvolver novos modelos avaliativos de natureza mais qualitativa – dentre os quais se encontram”, Ana Maria Saul, Marli André, Bernadete Gatti, Maria Amélia Goldberg, Clarilza Prado de Sousa, Cipriano Luckesi, dentre outros.

Sendo assim, a noção de campo de Bourdieu, quando vista sob a ótica de um campo científico brasileiro da avaliação educacional, permite compreender sua delimitação, bem como sua estrutura, dinâmica e posições, justamente por entendermos o campo como “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços [...]” (BOURDIEU, 2003, p. 119), o que, de certa forma, pode também ser aplicado à análise dos agentes que formam o campo da avaliação educacional no Brasil, quando se identifica, por exemplo, quem são esses agentes e as características que os fazem pertencer a determinados agrupamentos. Esses agrupamentos podem ser entendidos “por meio da criação de espaços institucionais em universidades e centros de pesquisa [...]”, tais como “disciplinas, linhas e grupos de pesquisa, bem como da criação de associações científicas, periódicos especializados, eventos científicos, redes de pesquisa, etc.” (STREMEL, 2017, p. 5).

Bourdieu (2004c) menciona que a existência de um campo é determinada e demarcada pelos alvos que estão em jogo e pelos interesses específicos. O interesse é, segundo o autor, condição primordial para o funcionamento de um campo, pois é ele que “[...] estimula as pessoas, o que as fazem concorrer, rivalizar, lutar, e produto do funcionamento do campo”. Por isso, para compreender a forma pela qual se reveste um interesse se faz necessário observá-lo “num dado momento da história”. Assim, entende que o interesse é uma construção histórica, e enquanto tal “só pode ser conhecido mediante o conhecimento histórico” (BOURDIEU, 2004c, p. 127).

No caso da avaliação no Brasil, o interesse de pesquisadores da área da educação pela temática, segundo Vianna (1992), fica evidente no final dos anos 1970, ganhando intensidade, conforme destaca Sousa (1998), durante a década de 1980, quando as contribuições da sociologia permitiram a elaboração de referenciais teóricos de abordagem qualitativa para a avaliação educacional. Saul (2010) também menciona que os problemas da avaliação passaram a merecer um enfoque teórico mais aprofundado durante os anos 1970 e 80. Diante desse interesse pela avaliação educacional, importa considerar quais os alvos que estavam em jogo e quais os interesses específicos, como sinal para o que Bourdieu (2004c) considera ser determinante para a existência de um campo.

Os interesses específicos dos autores desse período podem ser observados nas características das principais abordagens teóricas de avaliação presentes nas produções desses autores. Nesse momento se destacam os estudos de Heraldo Marelim Vianna sobre a construção, validação e qualificação técnica de instrumentos de medidas, as análises de Heraldo Vianna, Sergio Costa Ribeiro e Adolpho Ribeiro Netto sobre os exames vestibulares e as apreciações de Simon Schwartzman e Cláudio de Moura Castro em torno dos indicadores da produção científica da pós-graduação brasileira. Por outro lado, se destacam os trabalhos de Ana Maria Saul com sua proposta democrática de avaliação emancipatória, Menga Lüdke com sua defesa por uma sociologia da avaliação educacional e Cipriano Luckesi com sua proposta de ultrapassagem do autoritarismo na avaliação.

Esta análise mostra-se relevante na medida em que se constata que foi durante os anos 1980, que foram delineadas as duas principais concepções de avaliação, a da avaliação formativa/emancipatória e da avaliação como regulação/controle, que mais tarde estiveram presentes nas políticas de avaliação para a educação superior implantadas no Brasil a partir da década de 1990 (BARREYRO; ROTHEN, 2008a). O que se nota é que a tensão entre essas duas concepções de avaliação é uma constante na literatura que trata da avaliação da educação superior no Brasil, principalmente quando apresentada a defesa desta ou daquela concepção, que pode ser explicitada nas críticas e consensos em torno da aplicação de exames nacionais do tipo “Provão” e “Enade” como mostra o estudo de Rothen, David e Lopes (2008).

O campo científico, “tal como outros campos, é um campo de forças dotado de uma estrutura e também espaço de conflitos pela manutenção ou transformação desse campo de forças” (BOURDIEU, 2004b, p. 52). Bourdieu (1983, p. 122) entende, assim, o campo científico como um sistema de relações objetivas adquiridas por meio de lutas anteriores. Ele é, segundo o autor, “o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial”. Nesta luta concorrencial o que se encontra em jogo é justamente o monopólio pela legitimidade científica.

No processo cumulativo de conhecimento construído cientificamente sobre avaliação educacional no Brasil, essa luta concorrencial pela autoridade científica, pode ser observada na tensão permanente entre dois paradigmas teóricos presentes na literatura científica da avaliação, que são denominados por alguns autores como “técnico-burocrático” e “crítico-transformador” (SAUL, 1990), “meritocrática” ou “efetividade científica e social” (BELLONI, 1999), ou ainda “objetivista” e “subjetivista” (DIAS SOBRINHO, 2004), que de certo modo orientam as abordagens de avaliação adotada pelos autores.

De algum modo, as classificações apontadas pelos autores acima revelam o posicionamento de quem se encontra em uma parte do campo, trata-se de uma visão de um dos lados do campo, que buscam marcar sua posição, e neste caso buscam imprimir um caráter transformador (SAUL, 1990), social (BELLONI, 1999) e subjetivista (DIAS SOBRINHO, 2004) na teoria e prática de avaliação desenvolvida no país, com duras críticas aos aspectos burocráticos, meritocráticos e objetivista que tem marcado nossas políticas de avaliação. Por outro lado, essa tensão sinaliza a luta pelo monopólio da competência científica, vez que o que parece estar em jogo é o que Bourdieu chama de monopólio pela autoridade científica, onde será descartada aquela teoria que não só contradiga os fatos, “[...] mas quando a comunidade científica tiver uma teoria melhor que a anterior” (CHIZZOTTI, 2006, p. 23).

Os conflitos pela dominação do campo científico da avaliação são também travados no âmbito de grupos de intelectuais que se formaram no final dos anos 1980 e metade da década de 1990 em núcleos e redes de pesquisa. Neste período, dois grupos de intelectuais se organizam na perspectiva de defesa e crítica à proposta de avaliação formulada no período, o “Provão”: trata-se do Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior (NUPES) da Universidade de São Paulo (USP), criado em 1989, e da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), criada em 1996 (BARREYRO; ROTHEN, 2008a). Esse conflito aparece nitidamente na concepção que cada grupo tinha sobre a finalidade da avaliação: Para o NUPES a avaliação deveria ser uma ferramenta de controle de informação ao mercado consumidor sobre a qualidade do produto educação, enquanto para a RAIES a finalidade da avaliação deveria ser a melhoria da qualidade (BARREYRO; ROTHEN, 2008b).

Outra característica do campo científico é sua hierarquização, marcada pela posse de poder dentro do campo, isto é, a autoridade (ou competência) científica. No campo científico os capitais são de duas espécies, que correspondem a “duas formas de poder”, de um lado um poder temporal, institucional e institucionalizado “que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas”, e de outro, um poder específico, “‘prestígio’ pessoal que é mais ou menos independente do precedente [...], e que pousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento [...]” (BOURDIEU, 2004a, p. 35). É a maior ou menor detenção dessas formas de capital que estabelece as hierarquias no interior do campo.

No caso brasileiro da avaliação, podemos utilizar esse tipo de estratégia social de reconhecimento, na qual se encontra em jogo fazer um “nome”, para demarcar os espaços das posições ocupados pelos intelectuais que se destacaram dentro do campo da avaliação na década de 1980, e, principalmente os meios pelos quais passaram a legitimidade intelectual. Para tanto, pode-se recorrer a alguns indicadores que, de acordo com Bourdieu (2004b, p. 82), permitem compreender “a posição ocupada nas hierarquias sociais”, dentre os quais se destacam: a frequência

de citação, o lugar de publicação, a qualidade e quantidade de notas dos alunos, os temas escolhidos, as descobertas, as traduções para a língua estrangeira. Isso significa que “só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo [...] se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos ‘de onde ele fala’” (BOURDIEU, 2004a, p. 23-24).

Nesse âmbito de indagação de como as diferentes categorias de intelectuais ocupam “as posições que lhes são oferecidas por um determinado estado do campo intelectual [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 190), e assim constroem um sistema de relações, Bourdieu (2007, p. 191) elabora uma metodologia para o estudo rigoroso dos fatos intelectuais e artísticos, que se inicia pela análise da posição dos intelectuais na estrutura da classe dirigente, seguida pela análise da estrutura das relações objetivas entre as posições que os grupos ocupam, e, por fim, a construção do *habitus*.

Com essa “inversão metodológica”, o autor indica que, “quando se trata de explicar propriedades específicas de um grupo de obras” (BOURDIEU, 2007, p. 191), importa considerar, para além das relações imediatamente visíveis entre os agentes, as relações objetivas entre as posições que os agentes ocupam no campo, que acabam por determinar a forma de tais interações entre a fração dos intelectuais e as diferentes frações das classes dominantes.

A análise tríplice proposta pelo autor pode ser também utilizada no estudo do campo da avaliação, quando se procura analisar a relação entre “posição social” e “estrutura de poder”. Com isso se enfatiza as posições assumidas pelos intelectuais no campo do poder, cujo jogo consiste na imposição de “uma definição da ciência (isto é, a de limitação do campo dos problemas, dos métodos e das teorias que podem ser considerados científicos) que mais esteja de acordo com seus interesses específicos” (BOURDIEU, 1983, p. 127-128).

O intelectual como agente na construção do campo

O entendimento de campo aplicado à análise da avaliação no contexto histórico brasileiro, permite compreender como o campo da avaliação se constrói, são delimitados e se organizam, com seus interesses específicos e suas dinâmicas próprias, cujos lugares e posições são assegurados por lutas travadas por grupos que procuram imprimir direções e significados no interior do campo.

Neste cenário chama atenção a figura do intelectual como agente na construção do campo, ou seja, enquanto partícipe na construção deste. O intelectual é visto por Bourdieu numa posição paradoxal, pois “[...] são, enquanto detentores do capital cultural, uma fracção (dominada) da classe dominante e que bom número de suas tomadas de posição, em matéria política por exemplo, se ligam à ambiguidade da sua posição política de dominados entre os dominantes” (BOURDIEU, 2003, p. 74). Isso o caracteriza como um personagem bidimensional, cuja função é reconhecida, mas subordinada, e afastada das questões políticas.

A intervenção do intelectual no campo político ocorre apenas no fim do século XIX, conforme ressalta Bourdieu (1996), por ocasião do caso Dreyfus:

[...] os escritores, os artistas e os cientistas afirmaram-se pela primeira vez como intelectuais quando, no momento do caso Dreyfus, intervieram na vida política *enquanto tais*, isto é, com uma autoridade específica fundada na vinculação ao mundo relativamente autônomo da arte, da ciência e da literatura, e

em todos os valores associados a essa autonomia – desinteresse, competência etc (BOURDIEU, 1996, p. 370).

É a partir desse momento que se pode falar de autonomia dos campos, quando os agentes intervêm “no campo político enquanto intelectuais – e não enquanto produtores culturais convertidos em políticos”, isto é, “com uma autoridade fundada na autonomia do campo e em todos os valores que lhes estão associados, pureza ética, competência específica etc.” (BOURDIEU, 1996, p. 372). É por meio dessa autonomia que os intelectuais podem aumentar a eficácia de sua ação política, pois:

À medida que o campo intelectual e artístico amplia sua autonomia, elevando-se, ao mesmo tempo, o estatuto social dos produtores de bens simbólicos, os intelectuais e os artistas tendem progressivamente a ingressar por sua própria conta, e não mais apenas por procuração ou por delegação, no jogo dos conflitos entre as frações da classe dominante (BOURDIEU, 2007, p. 191).

Compreender o campo intelectual como sistema autônomo, produto de um processo histórico de autonomização e diferenciações internas, é, segundo Bourdieu (2002, p. 17, tradução nossa), “legitimar a autonomização metodológica que permite a investigação da lógica científica específica das relações que se estabelecem dentro deste sistema e o integram como tal”³. Com isso o autor quer afirmar que esse sistema, quando estudado, não pode ser separado das suas condições históricas e sociais, somente assim o estudo do estado do campo “pode captar ‘em ação’ a totalidade concreta das relações que compõem o campo intelectual como sistema”⁴.

Bourdieu (2003) recorda ainda que a pertença ao campo intelectual também produz a busca por interesses específicos, tais como postos acadêmicos, contratos para edições, reconhecimentos, gratificações entre outros. Disso depreende-se que os conflitos intelectuais também são sempre conflitos de poder, para tornar-se conhecido e reconhecido, imprimindo suas marcas de distinção (estilo, especialidade).

Cada intelectual insere nas suas relações com os outros intelectuais uma reivindicação a consagração cultural (ou legitimidade) que depende, de sua forma e dos direitos que invoca, da posição que ocupa no campo intelectual e em particular em relação com a universidade, detentora em última instância dos sinais infalíveis de consagração [...]”⁵ (BOURDIEU, 2002, p. 40, tradução nossa).

O campo intelectual é assim entendido como um sistema de interações em meio a diversas instâncias, seja por meio de agentes isolados, caso do criador intelectual, ou sistemas de agentes, como o sistema de ensino e a academia. É no interior no campo intelectual que os indivíduos e os grupos sociais mantêm não só relações de competência, mas relações de complementaridade, “de modo que cada um dos agentes ou sistemas de agentes que fazem parte do campo intelectual devem uma

3 Do original na Língua Espanhola: “legitimar la autonomización metodológica que permite la investigación de la lógica específica de las relaciones que se establecen en el seno de este sistema y lo integran como tal”.

4 Do original na Língua Espanhola: “puede captar ‘en acto’ la totalidad concreta de las relaciones que integran el campo intelectual como sistema”.

5 Do original na Língua Espanhola: “Cada intelectual inserta en sus relaciones con los demás intelectuales una pretensión a la consagración cultural (o a la legitimidad) que depende, en su forma y en los derechos que invoca, de la posición que ocupa en el campo intelectual y en particular en relación con la universidad, detentadora en última instancia de los signos infalibles de la consagración [...]”.

grande parte de suas características a posição que ocupa neste sistema de posições e de oposições” (BOURDIEU, 2002, p. 37, tradução nossa).

Bourdieu (1983) situa, assim, o intelectual no âmbito da formação universitária, associado principalmente ao reconhecimento da autoridade científica. De acordo com o autor, acumular capital é fazer um “nome”, “[...] um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum” (BOURDIEU, 1983, p. 132).

Essa busca por fazer um “nome”, isto é, a reputação do pesquisador junto aos colegas, é também importante para a obtenção de fundos para sua pesquisa, “para atrair estudantes de qualidade, para conseguir subvenções e bolsas, convites, consultas, distinções [...]” (BOURDIEU, 1983, p. 131).

Esse peso vai também demarcar a posição ocupada pelo intelectual dentro do campo científico, posição dominante no campo do poder, revelada, por exemplo, nas suas “tomadas de posição epistemológicas”, nas quais busca “justificar sua própria posição e as estratégias que eles colocam em ação para mantê-la ou melhorá-la e para desacreditar, [...], os detentores da posição oposta a suas estratégias” (BOURDIEU, 1983, p. 154). Mas para chegar a esse entendimento e avançar em sua análise, é preciso tomar o campo intelectual “[...] como sistema de posições predeterminadas abrangendo, assim com os postos de um mercado de trabalho, classes de agentes providos de propriedades (socialmente constituídas) de um tipo determinado” (BOURDIEU, 2007, p. 190).

Assim a autoridade científica é uma espécie particular de capital, um capital de autoridade propriamente científica, essencialmente um capital simbólico, que é reconhecido exclusivamente dentro dos limites do campo, de modo que “o peso simbólico de um cientista tende a variar segundo o valor distintivo dos seus contributos e a *originalidade* que os pares concorrentes reconhecem ao seu contributo distintivo” (BOURDIEU, 2004b, p. 80, grifo do autor).

A lógica da distinção funciona plenamente no caso das assinaturas múltiplas, que reduzem, enquanto tal, o *valor distintivo* atribuído a cada um dos signatários. Podemos compreender, assim, o conjunto de observações de Harriet A. Zuckerman sobre os “modelos da ordem em que os autores de artigos científicos são nomeados”, como o produto das estratégias que visam *minimizar a perda de valor distintivo* imposta pelas necessidades da nova divisão de trabalho científico (BOURDIEU, 1983, p. 132, grifo do autor).

A visibilidade dada a um nome em relação a outros pode ser definida pelo grau que ele ocupa na série (visibilidade relativa), ou de que o nome já conhecido é mais facilmente reconhecido e retido (visibilidade intrínseca) (BOURDIEU, 1983). Contudo, o fato dos nomes mais conhecidos não configurarem em primeiro plano pode ser um benefício maior para alguns, pois demonstra o desinteresse diante das normas do campo, “por compreender que a tendência a deixar para os outros o primeiro lugar cresça à medida que cresce o capital possuído e, portanto, o lucro simbólico automaticamente assegurado, independentemente do grau em que os autores são nomeados” (BOURDIEU, 1983, p. 133).

6 Do original na Língua Espanhola: “de modo que cada uno de los agentes o de los sistemas de agentes que forman parte del campo intelectual debe una parte más o menos grande de sus características a la posición que ocupa en este sistema de posiciones y de oposiciones”.

Burawoy (2010) salienta que Bourdieu nunca perdeu o contato com suas origens, com sua condição marginal, e que fez dessa experiência de dominados e subalternos uma preocupação permanente, inclusive para suas produções teóricas, tendo Bourdieu a desenvolvido no ambiente acadêmico da universidade. Foi na academia, onde galgou posições de destaque nos principais institutos de pesquisa franceses, que Bourdieu escreveu seus trabalhos “[...] sobre o papel da educação na reprodução das relações de classe na França” (BURAWOY, 2010, p. 56).

O *habitus* do intelectual bourdieusiano é formado pela *skholé*, local de busca desinteressada do conhecimento, ambiente autônomo e protegido para a contemplação e para a investigação, o que nos tempos modernos, segundo Burawoy (2010, p. 58) é oferecido pelo ambiente da universidade, que, de acordo com o autor, é “o quartel-general do campo científico”. Com isso Bourdieu considera que a produção da verdade científica se dá no âmbito da universidade. A universidade é, no entendimento de Bourdieu, a organização específica onde o conhecimento é produzido. Entretanto, Burawoy (2010) observa que Bourdieu esteve atento aos perigos e patologias que poderiam corromper o desenvolvimento do conhecimento elaborado na universidade.

No caso da universidade merece atenção a competição e disputas que são regidas pelo método científico, bem como o perigo de algumas disciplinas se tornarem servas do Estado, alienando com isso sua autoridade científica. É a posição ocupada por Bourdieu no campo científico que fundamenta sua perspectiva de conhecimento, de modo que sua ideia de conhecimento está fundada “[...] na competição regida pelas regras da ciência, tendo lugar no espaço protegido da academia [...]” (BURAWOY, 2010, p. 73). Foi justamente nesse espaço, imerso na vida acadêmica, que Bourdieu desenvolveu suas atividades de pesquisa, docência e a produção de artigos sobre a educação. Somente perto do final de sua vida Bourdieu entra na atividade política, indo da universidade para a esfera pública, quando passa a defender e apoiar publicamente operários grevistas contra o fundamentalismo do mercado (BURAWOY, 2010).

Temos assim, em Bourdieu uma forte defesa da academia e da verdade que ela produz, na qual os intelectuais, formados pela *skolé*, são os agentes centrais no processo de construção e manutenção do campo científico, por possuírem credenciais que lhes caracterizam como expressão de um determinado grupo social, representados pelos intelectuais encastelados na academia. Disso compreende-se que o campo é composto por agentes que o sustentam e o legitimam, nesse sentido, “o campo é disputado por grupos que são partidários de um determinado enfoque [...]”. Cada enfoque tem importantes seguidores, apresenta explicitamente alguns fundamentos racionais, aparece nas bibliografias, é posto em prática” (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou uma síntese da teoria sobre os campos de Pierre Bourdieu e trouxe alguns exemplos de como essa teoria pode auxiliar nossa reflexão em torno da historicidade do campo da avaliação educacional no Brasil. Partimos do entendimento do campo como espaço de relações, cujos agentes possuem interesses comuns que os estimulam e tornam possível o funcionamento do campo num determinado momento histórico (BOURDIEU, 2004c).

Nesse espaço de relações, os agentes se tornam detentores de um capital científico fundado no conhecimento e no reconhecimento (BOURDIEU, 2004b), cujo poder se estende até na imposição de uma definição da ciência, delineada segundo próprios interesses, que se revelam nas posições epistemológicas que buscam justificar as estratégias colocadas em ação (BOURDIEU, 1983), buscando sempre utilizar estratégias de conservação que assegurem a perpetuação da ordem científica da qual fazem parte.

Disso decorre nosso entendimento de campo enquanto um espaço estruturado de posições, que é marcado pelas relações de força e disputas de poder que agem no seu interior (BOURDIEU, 2013), no qual o que se encontra em jogo é o monopólio pela legitimidade da autoridade científica (BOURDIEU, 2004b). No caso do campo científico brasileiro da avaliação educacional, essa polarização aparece clara quando da tentativa de imposição e defesa daquela abordagem de avaliação que consideram melhor responder as questões educacionais, tal como mostram os trabalhos de Barreyro e Rothen (2008ab) e Rothen, David e Lopes (2008).

Assim, os grupos vão se organizando e solidificando-se em torno de determinadas abordagens, de modo que cada abordagem ganha força quando “[...] tem importantes seguidores, apresenta explicitamente alguns fundamentos racionais, aparece nas bibliografias, é posto em prática” (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 17). Desse modo, o campo também pode ser entendido a partir das “visões de mundo, crenças, atitudes e práticas mais ou menos compartilhadas por grupos de cientistas, pensadores e estudiosos que constituem uma comunidade intelectual [...]” (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 15).

O referencial teórico bourdieusiano apresentado nos fornece elementos que possibilitam, perfeitamente, analisar o desenvolvimento histórico da avaliação educacional no Brasil. Para isso é necessário identificar quais os agentes que estão dentro desse campo e de quais instituições fazem parte, assim como demarcar quais os interesses específicos que estão em jogo e revelar as lutas concorrências travadas no interior do campo, que marcam a busca pela autoridade científica. No caso do campo científico, entendemos que esses são elementos essenciais para a compreensão da sua delimitação, estrutura, dinâmica e posições.

REFERÊNCIAS

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Para uma História da Avaliação da Educação Superior Brasileira: Análise dos Documentos do Paru, Cnres, Geres e Paiub. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 131-152, mar. 2008a.

_____. História das Concepções de Avaliação da Educação Superior: A Revista Avaliação (1996-2002). In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 5, 2008, Aracajú/SE. Anais... Aracajú: UFS/UNIT, 2008b. p. 1-12.

BELLONI, I. Avaliação Institucional: um instrumento de democratização da educação. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 5, n. 9, p. 31-58, jul./dez. 1999.

BORGES, R. M. **Os alicerces da avaliação educacional no Brasil**: a elaboração teórica de intelectuais na década de 1980. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2017.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Campo intelectual y proyecto creador. In: _____. **Campo de poder, campo intelectual**: itinerario de un concepto. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002. p. 9-50.

- _____. **Questões de Sociologia**. Lisboa, Portugal: Fim do Século, 2003.
- _____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004a.
- _____. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004b.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004c.
- _____. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 183-202.
- BURRAWOY, M. Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu. In: _____. **O marxismo contra Bourdieu**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-79.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis-RJ, Vozes, 2006.
- DE SOUSA, C. P. Descrição de uma Trajetória na/da Avaliação Educacional. **Idéias**, São Paulo, n. 30, p. 161-174, 1998.
- GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOLDBERG, M. A. A. Avaliação educacional: medo e poder. **Educação e Avaliação**, São Paulo, ano 1, p. 96-117, jul. 1980.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas 2003.
- ROTHEN, J. C.; DAVID, L.; LOPES, L. M. Provão e Enade em debate no JC e-mail: 2002 a 2006. **Revista de Educação PUC-Campinas**. Campinas, n. 25, p. 111-123, nov. 2008.
- SAUL, A. M. Avaliação da Universidade: Buscando uma Alternativa Democrática. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n.1, p. 17-19, 1990.
- _____. **Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SOBRINHO, J. D. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, Luiz Carlos de. (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002, p. 13-62.
- _____. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, out. 2004.
- STREMEL, S. Aspectos teórico-metodológicos para a análise da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 1-19, enero/junio, 2017.
- VIANNA, H. M. Avaliação Educacional nos Cadernos de Pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 80, p. 100-105, 1992.